

REUNIÃO COM CÉSAR ALVAREZ 27 DE JUNHO DE 2005

Participantes do Fórum: Gersem Baniwa, Francisco Apurinã, Aurélio Tenharim, Josué Sateré, Marco Paulo, Paulo Machado, Áurea Lúcia, Raul Teles e Ricardo Verdum.

Participantes do Governo: César Álvares e Delcimar (Assessoria da Presidência da República e Gioconda (Assessoria da Secretaria Geral da Presidência).

1. O Fórum apresentou a proposta para a criação do CNPI, historiando o processo de discussão desde o período de transição do atual governo, destacando a sua necessidade para articular ações isoladas do governo e para dar conta do atual quadro da política indigenista. Destacou-se também a necessidade da participação indígena nas discussões que visam formular políticas públicas voltadas aos povos indígenas e a total ausência de diálogo nesse governo com o Ministério da Justiça e com a FUNAI.
2. Todos os três representantes do governo se declararam favoráveis à proposta e a iniciativa é uma ferramenta e oportunidade importante para que o governo tome decisões a respeito, no sentido de responder à demanda.
3. Encaminhamentos sinalizados de agenda:
 - a. César Alvarez assumiu o compromisso de colocar na pauta da reunião do GT Indigenista do dia 08/07 a proposta como prioridade.
 - b. Sinalizou a possibilidade do mês de julho como ideal para instalar o Conselho embora não tenha clareza através de que instrumento jurídico: decreto, medida provisória ou projeto de lei. O fato é que deverá sair.
 - c. Solicitou que até julho os índios resolvam suas diferenças internas e estabeleçam consenso entorno das indicações dos representantes indígenas no Conselho.
 - d. César Alvarez pediu que todos estejam cientes da necessidade, neste momento, de flexibilidade quanto ao caráter do instrumento a ser dotado: transitório, permanente, definitivo. Acha que o importante é dar início ao processo. Defende que um instrumento permanente e definitivo deve ser resultado de uma ampla discussão, isto é, a partir de uma grande Conferência Nacional dos Povos Indígenas do Brasil.
 - e. Foi solicitado também que o Fórum encaminhe formalmente a proposta ao Ministro da Justiça e solicite uma audiência com ele para tratar da questão.
 - f. Foi reafirmado pelos representantes do Governo presentes, que embora continuarão ajudando no debate, o Fórum precisa de interlocução direta com o Ministério da Justiça e FUNAI, pois são os únicos órgãos com competência para tomadas de decisões, no quadro atual de governo.

Secretaria Executiva do Fórum